

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, elaborar um conjunto de elementos para a representação bibliográfica de discos e fitas, que atendesse aos usuários e ao intercâmbio de informações bibliográficas e permitisse a disseminação e a socialização dos conhecimentos contidos nos registros sonoros. Para que o trabalho não se limitasse à teoria, buscou, junto aos usuários, caracterizá-los, saber o que usam e o que gostariam que houvesse no registro bibliográfico, além de detectar o que compreendem deste registro. Buscou, também, junto a profissionais atuantes e a uma grande especialista em documentação musical, ouvir a voz da experiência, daqueles que lidam diretamente com o público e com tais acervos. Pode-se chegar, assim, a algumas conclusões: o público usuário de acervos sonoros é extremamente diversificado, em escolaridade e profissão; os acervos também se apresentam muito diversificados, em conteúdo e continentes; apenas uma pequena parcela dos usuários compreende o registro bibliográfico em sua totalidade – e não necessariamente a parcela mais escolarizada. Por fim, as variadíssimas formas de busca não se acham todas previstas nas formas tradicionais de recuperação. Constatou-se a ausência de uniformidade na representação bibliográfica dos registros sonoros, nas instituições pesquisadas, devida à necessidade de adaptações inúmeras, pelas peculiaridades dos discos e fitas. Esse fato leva a contatos informais com entidades congêneres, porém a nenhum intercâmbio de informações bibliográficas, o que acarreta um isolamento crônico.

As normas se derivam de uma visão de mundo tradicional em essência: o apego positivista ao “documento”, ao item, à prova material em si – o que enfatiza o suporte, ao invés do conteúdo, da obra; regras precisas, que ignoram as particularidades dos usuários e dos acervos; o bibliotecário tornado massa, pela indústria cultural; o usuário tornado massa, pelo bibliotecário-robô; a representação bibliográfica, que se esgota no uso das regras e na descrição, atomizada, inatingível e incompreensível ao público a quem deveria servir; a fragmentação do item, base da representação pelas normas atuais, em aspectos físicos e de conteúdo – este último sempre analisado *en passant*. Enquanto isso, perde-se a riqueza de nossos acervos sonoros, pelo esquecimento e pelo desconhecimento. É hora da mudança.

Wilson Martins (1996, p. 167-168) nos conta que, em seus primórdios, a imprensa imitava o manuscrito: nos tipos de impressão, nas abreviaturas dos copistas. Textualmente:

“[...] *o livro impresso não surgiu imediatamente com sua personalidade própria. Ele procurou instintivamente continuar o livro manuscrito, em lugar de substituí-lo, como devia ser, forçosamente, o seu destino [...]*”.

Do mesmo modo a representação bibliográfica, apesar da automação, conservou as fichas catalográficas (de exatos 7,5 x 12,5 cm) e, um pouco mais sério, as formas de recuperação e o princípio da entrada principal oitocentistas, como se ainda vivêssemos à época das fichas manualmente elaboradas. Se um século foi preciso para o livro impresso adquirir suas características, parece que a representação aguarda a virada do milênio para mudar sua fisionomia.

Os recursos computacionais da atualidade permitem que a representação cumpra integralmente seu papel de, não apenas permitir que o usuário encontre a obra ou expressão desejada, mas também que a obra encontre seu usuário. Alternativas de relações entre obras, e entre suas várias expressões e manifestações, de apresentação na tela, de flexibilidade na entrada e saída dos registros levam a buscas mais fáceis e, em consequência, à maior disseminação.

É preciso planejar os sistemas de forma a que todos os campos passem a ser recuperáveis. As diferenças entre campos de descrição e campos de recuperação desaparecem e analisam-se as obras como um todo indissolúvel de conteúdo e forma física, em determinado acervo. Assim, elementos descritivos, que servem à identificação da expressão, ou da manifestação, ou à relação entre obras, podem também servir para que se recuperem estas últimas, de forma mais simples do que através de cabeçalhos autorizados. E esses sempre existem, para **reunir** todos os registros relacionados sob o mesmo termo uniformizado.

Também as notas, caso padronizadas e identificadas em campos específicos, adquirem um papel valiosíssimo no registro. Há décadas atrás, os professores de catalogação, em tom de brincadeira, costumavam dizer que nota é aquela parte da catalogação em que se coloca o que não se sabe onde mais registrar. Hoje, a nota se torna algo de importância fundamental, uma vez que estabelece relações não explícitas no restante da descrição; passa a ser um campo de conteúdo, de fato. (Só se espera que esta oportunidade coloque um ponto final nas notas inúteis, do tipo “nota de bibliografia”.)

Quando se pensar em sistemas, deve-se ter sempre em mente que eles existem para os usuários, em primeiro lugar, mas também para o intercâmbio bibliográfico. Com a possibilidade de criação de campos para situações particulares, desaparece o confronto

entre padrões e necessidades características de público e instituições determinadas. Os campos devem ser previstos, não estar presentes. Assim, pode-se ter um padrão mínimo, que sirva a todos os registros, e campos para inclusão apenas quando necessários, sem que estes apareçam na tela de entrada de dados.

Acima de tudo, deve-se pensar no usuário. As telas precisam ser extremamente conversacionais e permitir o uso *à la carte*, à vontade do usuário, não um conjunto fechado, obrigatório de elementos. Quanto mais simples as telas, para o maior número de pessoas com diferentes níveis de escolaridade, maior será o uso dos acervos e sua disseminação.

Não há motivo de preocupações quanto ao tamanho do registro, assim como havia em relação às fichas ou aos catálogos impressos, ou mesmo aos primeiros sistemas computadorizados. Os arquivos podem ser compactados e, ao final, os registros no todo se farão menores. Hoje, cada manifestação é um registro completo; nos sistemas futuros, a obra entrará uma única vez, as expressões também, ficando a repetição, apenas, para as diferenças contidas em manifestações e itens.

Obviamente, tais aperfeiçoamentos requerem dos profissionais, nas instituições encarregadas de elaborar a representação bibliográfica, um trabalho maior de indicar especificidades, de visualizar sempre a obra – nunca apenas a manifestação, como hoje. Exigem mais: que se estabeleçam os vários níveis de entidades, da obra ao item, relacionados entre si, o que significa um maior cuidado na análise e na transcrição dos elementos. Requerem também disciplina para respeitar padrões, de tal modo que se possa usufruir dos registros bibliográficos sobre obras e manifestações criados por outros serviços, cabendo à instituição apenas acrescentar suas peculiaridades.

Também exigem que o profissional conheça o assunto. O bibliotecário generalista, por acaso transformado em especialista, à conta do mercado de trabalho e à custa do usuário, não pode mais existir. Concorde-se integralmente com a especialista em documentação musical, quando preconiza cursos de pós-graduação, ao nível de especialização ou mestrado, dirigidos aos bibliotecários que já sabem onde vão atuar e devem-se preparar para um bom desempenho; aliás, não apenas na área de música. Esta talvez seja uma das soluções para a encruzilhada onde se acham os cursos de graduação.

Ao lado do desvelamento dos “princípios” subjacentes às normas, derivados da teoria tradicional e que, pelas limitações dessa teoria, não permitem à representação bibliográfica tornar-se o elo mais claro e preciso entre o usuário e a obra, acredita-se

que um outro aspecto tenha sido revelado por esta pesquisa: os acervos de registros sonoros.

E por que nos preocuparmos com os registros sonoros, em grande parte oriundos da indústria cultural? Os registros sonoros, especialmente em nosso país, registram parcela significativa da história do século XX. Até a década de 70, um número imenso de cidades brasileiras não possuía outro veículo de comunicação imediata que não fosse o rádio. O rádio servia não apenas de comunicação com o mundo exterior, ou o restante do país, mas como forma de comunicação na própria região – mandavam-se recados, avisos, ou qualquer notícia importante. Por outro lado, o rádio não exige a atenção integral da TV; as pessoas podem escutar rádio enquanto trabalham, o que o torna ainda hoje um veículo importantíssimo. Alie-se a esses fatores o analfabetismo, e nos vemos diante da fonte de informação por excelência, para milhões de pessoas. Portanto, os registros de radiodifusão são parte integrante de nossa história e de nossa memória. Mesmo quando produtos da indústria cultural, se mostram fontes de pesquisa, refletem uma época e uma sociedade. Mas não se esgotam os registros sonoros na radiodifusão. As sonoridades brasileiras, de todos os tipos, vozes, história oral, se acham registradas em suportes sonoros, editados ou não. Os acervos de nossas instituições guardam a memória histórica e a memória auditiva de nossa cultura. Pela riqueza imensa dessas sonoridades, trata-se de um patrimônio brasileiro, sim, mas de um patrimônio mundial também. Não se podem perder pelo descuido, nem pelo esquecimento, nem pelo desconhecimento. É preciso que sejam divulgados, disseminados, socializados.

Aos bibliotecários cabe a importantíssima tarefa de tirar essa memória do abandono, criar meios que possibilitem a todos os usuários conhecer e usufruir desses acervos.

E para finalizar, nada melhor do que retomar as palavras de Adorno (1995 [original de 1966], p. 118):

“Um mundo como o de hoje, no qual a técnica ocupa uma posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a técnica. Isso tem sua dose de racionalidade: dificilmente se deixam enganar em seu estreito campo, o que pode ter conseqüências em uma esfera mais ampla. Por outro lado, na relação atual com a técnica, há algo excessivo, irracional, patógeno. Esse algo está relacionado com o véu tecnológico. As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano”.